

Governo faz tarifaço gradual para não deteriorar expectativas

por Luiza Pastor
de Brasília

O governo federal pode continuar a negar, mas a realidade impressa no Diário Oficial da União comprova que, no mais discreto estilo "soft", seus ministros vêm aplicando, por meio de seguidas portarias, verdadeiro "tarifaço" no setor público. O setor em que isso se mostra mais claramente é o das telecomunicações nacionais, no qual em apenas dezessete dias — entre os dias 8 e 25 deste mês — o índice médio de reajustes acumulados chegou a 53,73%. Feitas as contas, item por item, registram-se aumentos como o da tarifa básica do serviço local, que neste mês já aumentou 93,92% e o da ficha telefônica para chamada local, que somou o total de nada menos que 144,08% no período.

A estratégia de diluir o "tarifaço" ao longo de determinado período para tentar diminuir seu impacto psicológico sobre a opinião pública — mas, também, sobre os índices de inflação apurados semanalmente pelos diversos institutos — vem sendo adotada no Ministério da Economia e no da Infra-Estrutura já há algum tempo. E as táticas envolvem também portarias que nunca citam o percentual específico que está indicando sobre cada preço; texto que, em geral, se vale de expressões como "passam a vigorar os valores abaixo", em que a palavra "aumento" é estritamente vetada, segundo confirmou a este jornal um técnico que participa da elaboração de algumas das principais minutas do Ministério da Infra-Estrutura; e, finalmente, o cálculo do índice médio di-

vulgado oficialmente é realizado a partir de ponderação aritmética que permite, por exemplo, que os últimos reajustes do diesel e da gasolina, que foram, respectivamente, de 26,84 e 23,3%, sejam embutidos em média mais palatável, de apenas 18%.

O executivo no entanto não esconde, e declara com mais do que razoável frequência, sua firme intenção de atualizar a níveis internacionais os valores das tarifas do setor público.

Com dois reajustes autorizados em menos de quinze dias, a eletricidade acumulou aumento de 39,38%.

Já no caso dos preços dos combustíveis, que historicamente têm o poder de desencadear o maior volume de remarcações em todas as áreas da economia — e em níveis nem sempre ex-

plicáveis a partir de uma análise lógica das planilhas de custos —, o cuidado com os índices tem sido mais acurado por parte do governo. Quando do último reajuste, o Departamento Nacional de Combustíveis reivindicava a recuperação de uma defasagem estimada em 67%. Com a média ficando muito aquém desse valor, ou seja, níveis 18% ponderados, acertou-se junto ao Ministério da Economia um plano que permitirá recuperar a defasagem existente e futura em oito razoáveis aumentos mensais. O primeiro desses aumentos já deveria ter sido divulgado e certamente estava na casa dos 20%.

Assustado com os próprios índices, o governo resolveu adiar este para o final do mês, ou, melhor ainda, para a primeira semana de novembro.